

Entrevista

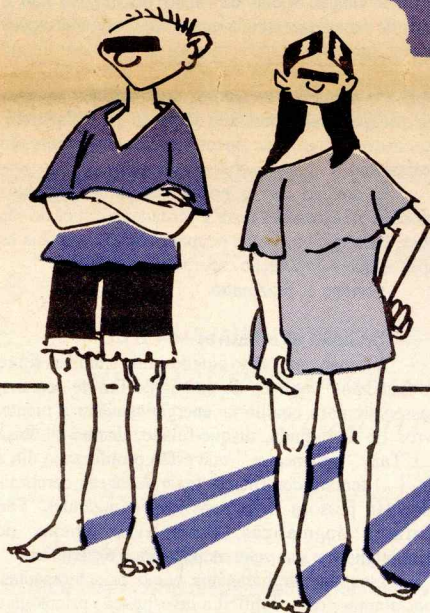
Carolina Bori

A professora da Faculdade de Psicologia da USP conta sobre sua experiência na Universidade e na SBPC e defende a extinção do Conselho Federal de Educação e a criação de novo órgão capaz de responder às necessidades da educação. *Páginas 3 a 5.*

Direitos Humanos

Sociedade organizada quer mudar a cara do Brasil

O número de entidades de defesa dos direitos humanos cresce a cada dia. Saúde mental também está presente nessa luta. Conheça as organizações e veja por que têm conseguido bons resultados. *Páginas 8 a 10.*



Congresso

Nacional

Constituinte

Psicólogos do CRP-06 já começaram a encaminhar as decisões tomadas no Congresso Nacional, reunidos em três fóruns para formular propostas de alteração nas leis. Serão debatidos temas como Código de Ética, modelo de formação e Lei 4119. Mudanças deverão influenciar dia a dia do profissional. *Página 14*

Mercado de Trabalho

Psicólogos que atuam em equipe multiprofissionais dão depoimento sobre seu trabalho e fazem avaliação das possibilidades de intervenção nas instituições públicas, sem perder especificidade. *Páginas 11 e 12.*

Avaliação

Depois da realização dos Congressos Regional e Nacional, CRP-06 avalia 1994. Para a gestão o ano foi proveitoso e permitiu muitas iniciativas do Conselho, que deverão reverter em benefícios para a categoria. *Página 15*

Psicólogos enfrentam Prefeitura

Em São José do Rio Preto, psicólogos têm que enfrentar prefeito para participar de Conselho Municipal. Subsede vai à luta e exige explicações. *Página 13*

Testes

psicológicos

Uma comissão mista formada por entidades, universidades, empresas e instituições públicas e privadas está estudando novos procedimentos e normas para testes psicológicos. A idéia é a criação de um certificado de qualidade que garanta o trabalho do psicólogo. *Página 7*

Carolina Martuscelli Bori

A pesquisa é a base do conhecimento

A professora conta a história do curso de psicologia da USP, fala de sua participação na SBPC e dá opiniões sobre a formação profissional, defendendo a necessidade de que a pesquisa seja levada mais a sério nas universidades brasileiras

Foto - Márcia Zoet



Carolina Bori, como é conhecida nos meios acadêmicos e científicos do país, ajudou o nascimento da psicologia no Brasil. Como professora da USP ou presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, participou de momentos importantes da vida política e científica do país. Ainda estudante, fez vários cursos nos Estados Unidos e na Europa, trazendo seu conhecimento e experiência para dentro da universidade brasileira. "Meu lugar de repouso era sempre a USP", afirma, bem-humorada. Muitas vezes, no entanto, sua experiência foi solicitada, como em Rio Claro, onde passou três anos participando da criação da Universidade local. Depois de um tempo em Brasília para a instalação do departamento de Psicologia da UnB, lecionou no Texas e novamente voltou ao Brasil para dirigir o Centro de Educação em Ciências Humanas da Universidade de São Carlos, onde criou o curso de pós-graduação e educação especial. É com base nessa experiência que ela comenta a situação da universidade hoje, e fala das possibilidades de reestruturação dos cursos de psicologia.

CRP - Quando a senhora começou a trabalhar em psicologia, a profissão era ainda incipiente no país. Como foi esse período inicial de sua carreira profissional?

Carolina - Eu comecei trabalhando como professora na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na cadeira de psicologia. Eu estava, naquela ocasião, fazendo uma especialização, na USP. Fui convidada pela professora Anita de Marcondes Cabral, que regia a cadeira. Com o convite, me tornei a primeira assistente.

Era uma cadeira que tinha uma tradição bastante grande, porque quando foi criada a Faculdade de Filosofia ela era regida por um professor estrangeiro, Jean Mogué. A

acentuação era mais em filosofia, embora ele discutisse autores da psicologia.

Mas, na realidade, a mudança da filosofia para a psicologia começou de uma tradição francesa, de se discutir profundamente, principalmente autores, em aulas expositivas, para uma cadeira que deveria se ocupar da psicologia. E a mudança foi no sentido de já diferenciar áreas, numa concepção da psicologia como subáreas.

"Havia uma proposta inicial de fazer do psicólogo um profissional auxiliar. A nossa luta sempre foi contra essa proposta."

CRP - Hoje, o que se observa é a crítica aos problemas gerados pelo modelo médico na formação do psicólogo. E a história que a senhora conta é a do curso com origem na filosofia e muito ligado à educação. Como foi acontecendo essa mudança ao longo da história?

Carolina - Bom, eu estou me referindo à história da Universidade de São Paulo. Se estivesse aqui no meu lugar um carioca, a história seria outra. Nós contamos a nossa história bastante diferente deles.

Inicialmente a psicologia estava profundamente ligada à filosofia. Mais tarde é que se agregou à Faculdade de Filosofia aquilo que se desenvolvia na escola da praça, que era a psicologia educacional. Quando a filosofia decidiu formar professores de primeiro e segundo grau, principalmente de segundo grau, ela teve que incorporar a parte de educação. E uma parte de educação que foi incorporada foi à área de psicologia educacional.

Agora, essa observação sobre o modelo médico na psicologia é importante, porque quando foi discutida, na congregação da Faculdade de Filosofia, a criação do curso estadual de psicologia, muitas vezes se levantaram para dizer que a psicologia tinha que ir para a área médica. Isso aconteceu mais ou menos em 1958 e está registrado nas atas da congregação. Era um curso de bacharelado, o único no país, uma experiência

pioneira. Essa posição foi manifestada por professores que vieram da Educação.

CRP - A senhora também participou da comissão que elaborou o currículo mínimo da psicologia?

Carolina - Isso foi em 62. Mas nesse período houve duas experiências diferentes. Uma foi a comissão para elaboração do currículo mínimo, em que participaram várias pessoas representando universidades diferentes. E houve outra comissão, também do Ministério da Educação, para julgar os pedidos de registro profissional de pessoas que já trabalhavam na psicologia. Esse trabalho durou dois anos, sob a direção de Lourenço Filho.

Nessa época, além do curso de psicologia que existia na USP, que já havia formado três turmas, havia também um curso se iniciando em Minas Gerais e outro no Rio de Janeiro. Mas nós aqui em São Paulo estávamos mais adiantados.

A experiência do Rio, por exemplo, era diferente da nossa. O curso de psicologia lá teve início com os cursos do ISOP - Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas. O Instituto dava vários cursos regulares sobre técnicas em geral. Lá se faziam as pesquisas para avaliação de testes, que assumiram o caráter do curso de psicologia. Enquanto isso, nós estávamos aqui formalizando um curso de psicologia mesmo.

Quando foi assinada a lei que criou a profissão e estabeleceu o curso de nível federal, já existiam algumas experiências. A da USP parece que é a mais longa e a mais estruturada, porque São Paulo já tinha uma Legislação Estadual que se aproveitava da divisão que estava ocorrendo nas subáreas da psicologia. Aquilo foi possível porque já se começava a fazer aqui. Informalmente existiam várias disciplinas, por isso é que foi possível.

Nessa época também houve a criação da Associação Brasileira de Psicologia. A Sociedade de Psicologia de São Paulo, que já existia, era pujante, chegou a ter muitos sócios e se reunia com muita frequência. Nesse momento, os cursos já não se resumiam em abordar somente os testes para ajudar as pessoas que estavam querendo novidades na área profissional, mas queriam também discutir posições teóricas.

E a Sociedade de Psicologia ajudou muito. Ela trouxe para o convívio da universidade pessoas que trabalhavam na área. E foi essa experiência que nos permitiu exigir a abertura de um registro especial para as pessoas que estavam trabalhando.

CRP - Dessa época foi publicado um artigo do professor Fred S. Keller em que ele fala sobre sua experiência num país da América Latina e cita a experiência da UnB e da USP. O que significou esse momento?

Carolina - Isso aconteceu em 1960, quando o professor Fred Keller veio ao Brasil pela primeira vez, a convite do diretor da Faculdade de Filosofia, professor Paulo Sawaya. Como era da área de fisiologia, o professor Sawaya achava que a psicologia deveria se orientar para uma área mais experimental e era o que se estava tentando fazer. A professora Anita já tinha começado alguns laboratórios de senso-percepção.

Naquela época, final de 50, havia um esforço muito grande na USP de discutir aquilo tudo que nós estávamos fazendo com o curso. O curso havia sido criado, tinha alunos muito bons. E se discutia muito a questão de carga horária, o que mais acrescentar, se debatia muito com o pessoal da biologia, se introduziu genética, se discutia muita estatística, enfim, questões que realmente diziam respeito ao curso que se estava criando. Havia toda uma movimentação, principalmente no Rio, de regulamentar o curso e torná-lo federal.

E como o princípio da história do curso surgiu de uma proposta já colocada no executivo, então nós imediatamente adotamos a posição de defesa, de crítica, e com isso essas reuniões eram importantes, porque permitiam que pessoas que não necessariamente se amavam pudessem discutir sistematicamente o curso e o que estava acontecendo. Eu acho que foi uma ocasião muito importante como base.

Tinha a Sociedade de Psicologia de São Paulo e estava se criando também a Associação Brasileira de Psicologia. Porque a Associação foi criada para defender as posições contra a proposta inicial de fazer do psicólogo um profissional auxiliar. A nossa luta sempre foi contra essa primeira proposta.

CRP - Na década de 70 temos a constituição dos Conselhos. De alguma maneira, junto com outras entidades que surgiram também nessa época, os Conselhos contribuíram para o enfraquecimento dessa perspectiva de organização que era da Sociedade e da Associação? Ou são coisas independentes?

Carolina - Não, caminharam separadas, infelizmente. A Associação Brasileira de Psicologia, pela forma como se organizou, deveria ser uma aglutinação de sociedades regionais. Ela conseguiu estabelecer Sociedades em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, mas o Brasil não é isso só. Mas depois, ela, como Sociedade, se tornou mais profissionalizante. Ela não nasceu para isso. Ela nasceu com a idéia de que a psicologia, como área de ciência, deveria ser fortalecida.

No Brasil, na época, começaram a aparecer as Sociedades de áreas. A Sociedade Brasileira de Física, de Biologia. Era isso o que se queria: congregar as pessoas, que estavam todas dispersas, para fazer a base de uma discussão séria sobre a área do conhecimento. As pessoas que estavam na direção da Associação Brasileira de Psicologia nunca entenderam isso. Acharam que era preferível levá-la para o lado profissional.

Eu fui muitas vezes acusada de ter aberto demais a porta de entrada da Associação. Mas acho que nessa hora você tem que ter todas as pessoas juntas. E as pessoas decidem o que vão fazer. Mas as

pessoas que estavam na Associação Brasileira de Psicologia, na época em que surgiu a possibilidade de criação do Conselho, estavam interessadas no Conselho.

CRP - Uma das propostas debatidas pelos psicólogos ao longo deste ano, durante os Congressos Nacional e Regional, foi uma tese que, embora não apareça de forma explícita, traz a idéia de fazer a fusão entre Conselhos e sindicatos, alterar a natureza dessas entidades, colocando-as como de direito privado. Isso seria um passo para a criação de uma Associação Nacional de Psicólogos ou da Psicologia. Como a senhora vê essa proposta?

Carolina - Bom, é preciso ver como ela é pensada dentro do próprio Conselho. Em princípio, parece uma proposta muito favorável ao sindicato, enquanto que as universidades estão fora desse contexto, a não ser pelos profissionais que estão participando dessas entidades.

Eu não sei se essa questão tem uma perspectiva próxima. Não dá, porque os cursos de psicologia foram criados

Uma mudança de currículo exige que as pessoas tenham conhecimento do que é psicologia, do que ela faz hoje. A nossa psicologia não é uma psicologia diferencial, nem livros norte-americanos existem mais sobre essa área. A nossa psicologia social, com todos os problemas sociais que nós temos, é ridícula. Nós não temos livros aqui. Temos uma coleção de artigos, mas quem é que cita um artigo brasileiro? Ninguém. Basta ver as teses.

Então, precisaria ter pessoas que realmente conhecessem a psicologia, porque em primeiro lugar você tem que fazer o retrato da psicologia. Não é possível inventar cursos se não se tem o conhecimento. É sobre isso que se deveria erigir a formação.

Aí o conselho pode falar, porque ele conhece as dificuldades que os profissionais estão sentindo. E eu imagino que sejam muitas. Não é por acaso que o Conselho Federal chega à conclusão sobre a porcentagem enorme de pessoas que realmente não são mais profissionais liberais. Trabalham sob as ordens de alguém. Quer dizer, aquilo que se rejeitou em 60, que era a

como alguma coisa a mais, ela entra como base do conhecimento.

Num país com tantos problemas de educação o curso não está pensado, não está equacionado para isso. Esse é o problema. Não se tem em mente o que é a psicologia, e principalmente as áreas novas, que deveriam estar interessando tremendamente o profissional, porque elas tratam de medidas. Há muita crítica dos testes, mas o que se põe no lugar? Que mensuração você tem?

Não é possível mais continuar a se fazer reuniões para mudar o currículo. Acho que é uma perda de tempo. Acho que ninguém juntou todas as propostas.

CRP - A senhora participou da SBPC num momento fundamental para a ciência no Brasil. Um momento em que a Sociedade ocupou lugar político de destaque sem deixar de lado sua função científica. Poderia falar um pouco sobre essa experiência e das perspectivas que vê nestas questões científicas, à luz dessa experiência?

Carolina - A SBPC nasceu de uma contestação, já nasceu defendendo ciência e tecnologia, principalmente ciência, pois, quando ela nasceu, em 1948, a tecnologia ainda não era uma palavra tão pública. E ela conseguiu criar no seu bojo a idéia de que associações são importantes. Eu tenho para mim que é importante as pessoas estarem associadas. Nós não temos uma tradição de que os associados trabalhem. E se precisaria criar essa idéia de que as coisas têm que ser discutidas por grupos de pessoas, que tenham interesses comuns ou conflitantes, por que não? A ciência vive disso, da crítica e da conscientização, não se tem verdades absolutas.

E eu vejo esse papel sendo desempenhado por muitas sociedades, que nasceram no bojo da SBPC. Eu acho que não existe nenhuma sociedade das grandes áreas que tenha sido criada fora da SBPC.

Outra função importante, para mim a mais importante que a SBPC desempenhou, foi no desenvolvimento das sociedades de ciências humanas. Ela ofereceu um pouso para o pesquisador isolado poder escrever seu trabalho e depois começou a oferecer espaço de organização para aquelas sociedades aparecerem e se fortalecerem. Ela tornou o pesquisador uma pessoa reconhecida, pelo menos entre os próprios pesquisadores. Porque muitos dos pesquisadores brasileiros exerciam a sua atividade isoladamente. Grande parte dos grandes nomes mais antigos trabalhavam sozinhos. A idéia de grupos, de assistentes, tudo isso é bem mais recente.

Esse apoio ao pesquisador levou a SBPC a se digladiar com a questão orçamentária. Então essa é uma preocupação muito grande. Algumas vezes ela venceu. Grande parte das vezes ela não conseguiu convencer aqueles que decidiam sobre orçamento. Ela fez várias tentativas nesse sentido, inclusive discussões no próprio Congresso Nacional, mas isto não chegou a mudar o rumo das coisas e até hoje se tem esse descalabro que é o limitado orçamento para a ciência e tecnologia. Nunca estivemos tão mal desde 1991.

"Deveria ser criada uma pesquisa remunerada sobre a realidade da psicologia no Brasil. Não é possível inventar cursos se não se tem o conhecimento."

independente do acompanhamento de uma sociedade científica. Então eles estão formando profissionais de toda ordem. Os cursos de pós-graduação, que deveriam ter a responsabilidade de acompanhar isso, também não estão respondendo, no sentido de que aqueles que se propõem a uma formação científica de pesquisador são poucos. A maioria se propõe à formação profissional e não tem a coragem de admitir que está fazendo isso para não ficar, dizem eles, numa segunda categoria. Isso é mortal para a psicologia.

CRP - Quando a senhora fala desse momento em que se discutia uma série de questões da psicologia como área científica, está se referindo a uma temática muito atual. As discussões de hoje são muito parecidas. De que forma a senhora pensa que essa discussão deveria estar sendo colocada hoje, e como pode ser articulada entre as entidades organizativas e universidades?

Carolina - Isso aí para mim já é doença da psicologia. Eu nunca assisti tantas vezes à mesma cena. Sempre que se tem um novo fórum, acaba se discutindo coisas que se discutiam em 1970. Estou convicta de que os Conselhos não podem fazer essa discussão sozinhos. Não é possível o Conselho discutir no fim da linha. Como é que ele pode discutir sem a universidade? Deveria ser criada alguma instância onde isso pudesse ser feito. Uma pesquisa remunerada sobre a situação real da psicologia no Brasil.

proposta do psicólogo ser auxiliar, e que nós lutamos contra com unhas e dentes, é a realidade hoje.

Necessidades, nós temos muitas, mas como é que se faz? Quantas pessoas já se formaram para trabalhar em clínica? Qual é a nossa produção em clínica? Criamos medidas? Criamos procedimentos? O que nós fizemos? Como é que nós tratamos das pessoas?

CRP - A psicologia, especialmente em períodos de crise social, serve para tudo. Os termos psicologia e psicológico tornam-se de senso comum e vemos um incremento das formas irracionalistas. Não só fora da psicologia, mas também dentro, há toda uma facilitação das coisas onde não se precisa ter grandes esforços teóricos, de pesquisa, de produção de conhecimento. A própria universidade abriu mão desse conceito fundamental que é o de pesquisa. E se a nossa área não está produzindo conhecimento, porque talvez tenhamos facilitado, tornado excessivamente elástico o conceito de pesquisa, como é que nós vamos fazer?

Carolina - É por isso que eu penso que precisaríamos ter antes o panorama do que é essa área de conhecimento que em geral, no mundo, se chama psicologia. O que ela está fazendo? Está estudando os deficientes? Está estudando a violência? Está estudando organização? Primeiro precisamos ver o que essa área oferece de instrumental para poder dizer como é que isso pode ser aproveitado por um profissional. A pesquisa não entra

CRP - Falando um pouco sobre as teses aprovadas no Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, uma das questões mais polêmicas nos debates foi a discussão sobre o que deve ser privativo do psicólogo. Havia uma tendência de ampliação do espectro do que é privativo do psicólogo. Qual a sua opinião sobre esse assunto?

Carolina - Eu acho que se o psicólogo lida com gente, tem outros profissionais que também lidam com gente. Ele não pode ficar isolado. Esse privativo aí é uma excrescência. É uma coisa absurda no desenvolvimento científico. Quer dizer, hoje, conforme os problemas que você está estudando, você precisa de outras áreas para estudar e, portanto, para utilizar aquele conhecimento, você vai precisar de outros especialistas. Esse privativo aí era uma defesa de território que não se justifica mais.

CRP - Quando a senhora diz que é contra atribuições privativas para o psicólogo, naturalmente não desconhece que há uma especificidade em sua formação e atuação profissional. Como a senhora vê a questão do privativo "versus" o específico na atuação profissional do psicólogo?

Carolina - Pegando um exemplo extremo. Em muitos dos procedimentos que o psicólogo usa ele precisa de intermediários, ele precisa dos pais, ou um membro da família, da professora. Como é que se faz se não se ensina os procedimentos para essas pessoas? Quando você pega só o indivíduo, a idéia de um consultório, como é que você faz na hora que o psicólogo é chamado para reestruturar uma instituição? Ele não pode fazer sozinho, ele precisa ensinar a alguém procedimentos e esses procedimentos têm que ser usados por essa pessoa. Se não, como é que ele faz? Ele não vai poder atuar junto a cada membro dessa instituição. Numa intervenção numa escola, ou num bairro, por exemplo, como é que ele faz, se estiver sozinho?

É claro que eu estou dando um exemplo extremo, mas acho que não tem sentido nisso. E depois, o que a psicologia quer? Que as pessoas tenham uma vida melhor. A psicologia é para isso. Para que fazemos psicologia? Porque queremos que o conhecimento sobre o ser humano o leve a viver de maneira melhor. Isso devia ser conhecimento do indivíduo, para ele mesmo. Quer dizer, grande parte do conhecimento da psicologia devia ser conhecimento para cada um.

CRP - Eu vou dar um exemplo também extremado. O curso de serviço social da PUC de São Paulo tem a disciplina psicoterapia familiar. Eles defendem essa idéia porque atuam com famílias. Como é que fica quando se faz essa passagem de uma área de atuação para outra, que exige um conhecimento específico?

Carolina - Eu acho que todas as profissões têm esse problema, onde começa o profissional e onde vai o leigo. Mas a lei não vai impedir que isso aconteça, porque é uma questão de formação. Lembrando a história, os assistentes sociais são os primeiros a reclamar da lei.

Eu não vejo nenhum mal, ao contrário, eu acho que é um avanço eles estarem aprendendo isso. Porque eles realmente lidam

com a família. O psicólogo não está indo na família. Então, quem é que vai fazer esse trabalho? Agora, esse trabalho não deveria ser feito por um assistente social isoladamente. Nisto, eles estão errando na formação do assistente social.

Ele está fazendo porque não tem outro para fazer. Se não tem outro, o fazer dele, desde que preparado, é bom. Ele está prestando um serviço.

Eu me baseio muito mais na exigência de formação, porque o psicólogo poderia trabalhar com o assistente social, desde que o assistente social fosse preparado. Mas eles têm uma aberração na formação. Todos eles se formam com o mesmo modelo, seja no Nordeste ou no Sul. Quer dizer, eles não dão importância aos fatores sociais e culturais da região onde trabalham. Isso não está no currículo. Eles têm um currículo-padrão. Mas o assistente social é um profissional mais indicado do que o psicólogo para estar trabalhando no dia a dia com a família, porque o psicólogo não vai fazer isso.

Acho que se deveria bater é pelo preparo daquele que vai trabalhar junto com o psicólogo. Assim como nós lutamos pelo

"O Conselho deve garantir que o profissional atenda à população. A autonomia das universidades não pode ser colocada na frente numa questão como essa"

melhor preparo do psicólogo, deveríamos lutar pelo melhor preparo dos outros. Fazer exigências. Porque se ninguém vai fazer é pior a situação.

CRP - Veja o exemplo da área de educação. A pedagogia não resolveu os problemas de educação escolar, a psicologia também não os resolveu. E como essas duas áreas de conhecimento não se dispõem à conversação, fica um vazio e se engendra uma nova profissão, chamada psicopedagogia. Em relação a isso, qual a sua opinião sobre a revisão da Lei 4119/62? A revisão deveria especificar de maneira ampla algumas questões que repercutem na formação, incluindo ou excluindo o que já está especificado como privativo?

Carolina - Esse é um problema das áreas onde a presença dos dois parceiros ou mais é absolutamente necessária. Nesse caso, você tem de um lado a própria natureza da pedagogia. A natureza da área de conhecimento não lhe dá instrumentos de intervenção, principalmente no Brasil, onde sempre se fez grandes teorizações, abominou-se a pesquisa e, além disso, discute-se mais os aspectos filosóficos da educação do que da intervenção.

Como é que se vai intervir? Porque esse "psicopedagogismo" de que se está falando é para intervenção. Então, ele vai usar o psicólogo como aquele que usa as técnicas para intervir. Isso nunca vai dar certo, porque

as técnicas do psicólogo são de uma origem que não tem nada a ver com a teoria do pedagogo.

Na minha opinião essa formação deveria ser feita no curso de psicologia, mas com a presença da educação mais maciçamente. Se começa com psi, tem que ser psicologia. Mas essa é uma questão de formação, porque se inventam novos nomes para problemas que são antigos.

Se o psicólogo trabalha com um médico que usa drogas, ele deve saber o que está acontecendo com aquele organismo, senão tudo o que ele fizer será em vão, e é uma área que dificilmente será ensinada nos cursos de psicologia. O sujeito nem sabe os nomes das drogas que os médicos usam e muito menos os efeitos das drogas. Eu acho que é realmente séria a questão da formação. Nós fomos para trás na formação do psicólogo.

CRP - Reiteradamente nas discussões sobre formação acabamos nos defrontando com o problema da autonomia universitária, um tema delicado que, invariavelmente, serve como justificativa para que entidades como os Conselhos não interfiram na

formação. Qual, na sua opinião, deveria ser o papel e a conduta de entidades como o Conselho no sentido de contribuir para a discussão sobre a formação?

Carolina - É preciso acabar com o Conselho Federal de Educação. A filosofia toda dessa situação deriva deles. Nós, sem dúvida nenhuma, precisamos de outros órgãos centrais de educação, que sejam flexíveis. Ninguém entende a continuidade desse Conselho Federal de Educação. Porque nada daquilo que eles decidem acontece, a não ser as licenças para funcionarem instituições. Ele não se alimenta de dados. Não levanta dados.

E temos a ausência de um órgão que discuta os problemas da educação. O Conselho Nacional da Educação, pensado pelo Anísio Teixeira, não vingou, mas isso daria a verdadeira autonomia para as universidades. A proposta era distinguir as instituições que querem se estabelecer realmente como universidades daquelas que querem ser escolas de ensino superior.

A universidade deve ter certas características. E deve querer melhorar o profissional que ela está formando, mas ela perdeu isso de vista. Porque o que acontece é que, como existe um currículo mínimo, segue-se esse currículo e é como se a função estivesse cumprida.

A autonomia está sendo discutida muito mais em termos financeiros. A universidade está desviada atrás de dinheiro. Está procurando patrocinadores para tudo o que faz, porque não dá mais. Para que a autonomia

seja verdadeira, para que a universidade passe a se distinguir nessa ou naquela área - não precisa ser em todas as áreas - vai depender dela assumir esse papel, independente do órgão que fica lá em cima. Só assim é que se teria a possibilidade de se fazer realmente experiências acompanhadas de currículo. Quer dizer, a própria universidade se empenhar nisso e se distinguir pelas pesquisas que faz, pelo conhecimento que produz e pelos profissionais que forma. Mas isso a gente não vê nas universidades.

CRP - Nós temos hoje no Brasil em torno de 120 a 125 faculdades de psicologia. Em São Paulo, estamos com 35 e, até o final do ano, se passarem mais quatro pedidos, vamos para quase 40 cursos. Por outro lado, temos um cálculo de 35 a 40% de profissionais desempregados na profissão. E tem ocorrido coisas absurdas dentro das faculdades, principalmente nas particulares, que continuam sem acompanhamento, sem avaliação, sem fiscalização. A senhora imagina que os Conselhos Regionais de Psicologia deveriam proceder a uma avaliação de todas essas faculdades?

Carolina - Eu acho que esse é um papel que o Conselho deveria ter. O que o Conselho se propõe a fazer? Ele não se propõe a defender o profissional, mas a garantir que esse profissional atenda à população. Então, se há alguma dúvida, deve-se levantar os dados para ver o que está acontecendo. É muito sério isso, porque a autonomia das universidades não pode estar sendo colocada na frente numa questão como essa. Não se está falando do aluno, mas daquele que está fora, saído da universidade. E também não adianta instituir o exame de ordem, porque é somente mais um exame.

Erramos

Na entrevista da professora Silvia Lane, publicada na edição passada do Jornal do CRP (setembro/outubro), cometemos duas falhas, ambas na página 3. Quando a professora refere-se ao trabalho desenvolvido no Centro Regional de Pesquisa em Educação - CRPE, foi publicado que o coordenador do trabalho da área de sociologia do Centro era o professor Luiz Pereira. A informação correta é: quem coordenava o trabalho na área de sociologia do Centro era o professor Renato Jardim Moreira, a convite do coordenador-geral do Centro, Fernando Azevedo.

Um pouco mais à frente, quando a professora comenta sobre a criação do programa de pós-graduação em psicologia social da PUC, faltou a informação de que o referido programa foi criado pela professora Aniela Ginsberg.